

## **Conferência GoldEnergy / AXPO**

### **“Transição energética e alternativas renováveis ao gás natural”**

#### **Sessão de Encerramento**

**Pedro Verdelho**

**22 de fevereiro de 2023**

**Centro Cultural de Belém**

- Boa tarde a todos,
- E muito obrigado à AXPO pelo convite para encerrar o evento de hoje, dedicado a um tema tão relevante como é o da transição energética.

#### **VALORIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES**

- As reflexões como as que hoje aqui tiveram lugar, são essenciais para a construção de um caminho rumo à neutralidade carbónica.
- Foi um privilégio assistir às diversas apresentações e intervenções de grande qualidade efetuadas por colegas com grande conhecimento no setor da energia.
- O debate de ideias e partilha de experiências neste fórum e noutros semelhantes, com o envolvimento dos vários atores interessados no setor energético, são fundamentais para melhor nos prepararem para lidar com os desafios e incertezas que a transição energética nos coloca.

#### **A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

- São desafios que não se esgotam na energia, englobando também o clima, ambiente, transportes, indústria, agricultura e o financiamento sustentável, como identificado pelo Pacto Ecológico Europeu, o *Green Deal*.
- É importante ter presente que este processo de transição energética é mais que um processo de transição, é verdadeiramente um processo

transformacional (o modelo final nada terá a ver com o modelo original) e, por conseguinte, o conceito mais adequado para o designar será o de uma metamorfose energética.

- É um processo lento como são todos os processos de transformação no setor da energia: muito capital intensivo com investimentos ao longo da cadeia de valor que são feitos para ser utilizados durante décadas.
- Não começou agora, começou há 20 anos com a descarbonização do setor elétrico, com a introdução na matriz energética do vento e agora do sol, com a substituição dos derivados de petróleo pelo gás natural e o descomissionamento definitivo do carvão.
- Esta metamorfose energética continua a desenvolver-se com a descentralização dos recursos energéticos no setor elétrico, o desenvolvimento de novos modelos de negócio de proximidade como são o autoconsumo, a partilha de energia a flexibilidade local, a eficiência energética, a descarbonização dos transportes através da mobilidade elétrica e o hidrogénio, e agora mais recentemente o início do processo de descarbonização do setor do gás natural.
- Sobre este ponto, chamava a vossa atenção para o processo comunitário que está a decorrer de revisão da Diretiva e Regulamento do setor do gás natural designado por “Decarbonization Package”. O processo nas comissões técnicas ITRE e ICMO do Parlamento Europeu já se encontra concluído (as propostas de alteração foram votadas a 9 de fevereiro) e no Conselho Europeu é expectável que as propostas de alteração sejam acordadas na Presidência Sueca, ficando para a Presidência Espanhola o fecho do processo com a negociação a três (Comissão Europeia, Parlamento e Conselho). Este pacote será, de facto, decisivo para acelerar esta metamorfose energética que estamos a vivenciar.

## **A CRISE ENERGÉTICA, O PAPEL DAS DIRETIVAS DE 2009, AS MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS E O REDESENHO DE MERCADO**

- É importante também referir que esta crise energética vivenciada na Europa, apesar dos preços elevados que tanto impactaram e impactam ainda os setores regulados de eletricidade e de gás natural, está a ser gradualmente

ultrapassada sem interrupções de fornecimento graças à integração do mercado interno de energia desenvolvido na sequência das diretivas de 2009.

- Novas instituições foram criadas os ENTSOs, a ACER e conjuntamente fomos capazes de desenvolver Regulamentos Europeus de Alocação de Capacidade, Gestão de Congestionamentos, Balanço, Interoperabilidade, Tarifas, entre outros, que foram verdadeiramente cruciais para coletivamente gerirmos esta crise energética.
- Em todo este processo e na sequência desta Regulamentação, criamos Plataformas de Acoplamento dos Mercados Diários e Intradiários e de Gestão de Serviços de Sistema que funcionaram, garantindo uma alocação eficiente dos recursos energéticos existentes e a gestão desta crise energética de dimensões tremendas sem interrupções de fornecimento. Trata-se, de facto, de uma crise energética tremenda impactada pelo não enchimento deliberado dos armazenamentos durante o ano de 2021 por parte das empresas de propriedade da Gazprom, pela redução persistente do fornecimento de gás russo em 2022, com um peso de mais de 30% no aprovisionamento da Europa, pela necessidade de constituir armazenamentos durante 2022, para preparar este inverno, e pela a consequente pressão no mercado de LNG mundial que pressionou os preços do gás em alta. Os efeitos no setor elétrico são exacerbados para mais do dobro pelo acoplamento forte existente entre os dois setores.
- Este cenário de preços elevados promoveu uma atuação rápida por parte do Conselho Europeu, dos Governos, da Comissão Europeia e das Autoridades Reguladoras com vista à preparação de respostas coordenadas a nível europeu.
- Desde logo com o RePowerEU, que estabeleceu orientações gerais para a implementação de mais medidas, apelando à necessidade de diversificar as fontes de energia, poupar energia e acelerar a transição para as energias limpas.
- Esta Comunicação foi seguida de múltiplos Regulamentos de Emergência (6) com obrigações que exigiram uma atuação rápida por parte de todos os agentes, com vista a mitigar não só os efeitos da subida de preços, mas

também para garantir que as condições de segurança de aprovisionamento estavam asseguradas.

- Durante esta crise, apercebemo-nos de que alguns mercados retalhistas nacionais com maior firmeza, em particular no segmento dos consumidores residenciais e PMEs, estavam menos expostos e, por isso, mais capazes de responder aos desafios impostos de forma mais estável e menos volátil.
- A este nível, Portugal é um bom exemplo e por isso não é de estranhar que algumas das medidas agora propostas pela Comissão Europeia tenham sido antecipadas por Portugal.
- Em resultado disso, vemos que os preços finais do EUROSTAT pagos pelos consumidores em Portugal são, nesta crise, muito inferiores aos de Espanha e mesmo da média da União Europeia (diferenças muito significativas em torno de -40%), situação reveladora de um sistema energético mais descarbonizado, mais robusto e resiliente aos custos marginais de curto prazo dos combustíveis fósseis.
- Mas a verdade é que, apesar das várias adversidades, esta crise contribuiu para identificar algumas das fragilidades do atual modelo de mercado, revelando que há espaço para introduzir melhorias. Nesse sentido, a Comissão Europeia lançou uma Consulta Pública em janeiro, a antever novas propostas de medidas a serem publicadas em março e a serem aprovadas através dos processos legislativos normais com consulta a todos os interessados e aprofundada discussão no Parlamento e Conselho. A participação nesta consulta pública - com cerca de 1400 contribuições - é reveladora da sua importância. Os temas colocados em discussão têm de alguma forma vindo a ser adotados em Portugal, situação que contribuiu para imunizar em parte os preços do mercado retalhista face aos preços observados no mercado de curto prazo como é o caso dos contratos por diferenças de dois sentidos ou a comercialização de último recurso para consumidores residenciais e PME e a existência de tarifas sociais.

## **O APROFUNDAMENTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

- Por fim, gostava de salientar quatro dimensões fundamentais para o aprofundamento desta metamorfose energética: (i) o aprofundamento da

integração de mercados, (ii) a integração local e a economia de proximidade da energia com um enfoque no empoderamento dos consumidores, (iii) a integração de sistemas energéticos e a economia circular da energia, e (iv) a adoção de uma regulação dinâmica e simples.

- Concentrando-me nesta última dimensão da regulação dinâmica, simples e descomplicada, a mesma é fundamental num contexto de mais descentralização física e comercial e muito mais inovação, de modo a assegurar, por um lado, que nenhum dos novos atores descentralizados e de menor dimensão sejam excluídos deste processo de transição energética e por outro lado, que a regulação não seja um obstáculo para a adoção novas tecnologias e novos modelos de negócio.
- É neste quadro de adoção de uma regulação dinâmica que a ERSE tem promovido a concretização de diferentes projetos-piloto com vista ao teste de aspetos inovadores como as regras de partilha de energia em autoconsumo, a viabilidade técnica e económica de práticas e tecnologias inovadoras, a integração de soluções de armazenamento, eficiência energética, entre outros.
- E são vários os benefícios associados a estes diferentes projetos, como sejam:
- A promoção da **descentralização do sistema elétrico**, a partir de projetos-piloto de autoconsumo, como é o caso:
  - Da **comunidade de energia da Agra do Amial** – que abrange um bairro de habitação, Agra do Amial, e uma escola, e destina-se a habitação social e combate à pobreza energética, ao mesmo tempo que pretende testar a viabilidade técnica e económica de práticas e tecnologias inovadoras, prevendo o autoconsumo de energia renovável, a integração de soluções de armazenamento, eficiência energética e carregamento de veículos elétricos.
  - Do **parque industrial da Maia** – que abrange instalações de utilização em média tensão em ambiente industrial. Integra UPAC individuais e de armazenamento e, aqui, com uma orientação voltada para a gestão de armazenamento.

- Do **projeto POCITYF** – que envolve três áreas diferentes e é focado na partilha dinâmica de produção em autoconsumo e troca de energia entre pares.
- E, aprovado recentemente,
  - Da **comunidade de energia na Ilha da Culatra** – Que surgiu no âmbito na Iniciativa Energia Limpa para as Ilhas da UE (CE4EU), promovida pela Comissão Europeia, onde seis ilhas piloto foram desafiadas a desenvolver um roteiro estratégico para o processo de transição para energias limpas.  
Esta comunidade tem em vista o desenvolvimento de um sistema de gestão otimizada de energia que considere a prevenção de congestionamentos da rede local.
- Há ainda outro tipo de projetos, **dedicados à injeção de gases renováveis** nas redes de gás, como é o caso, por exemplo do “**Green Pipeline Project**”, no Seixal.
- Recordo ainda os projetos-piloto desenvolvidos para **aperfeiçoamento das tarifas de acesso às redes e introdução de tarifas dinâmicas**, que permitiram importantes lições com vista à implementação de uma nova estrutura tarifária de tarifas de acesso às redes adequadas a um sistema elétrico com trânsitos de energia bidirecionais e de recursos energéticos distribuídos e renováveis.
- Adicionalmente, identifico os projetos-piloto de **Participação da Procura no Mercado de Serviços de Sistema** em igualdade de circunstâncias com a participação do lado da oferta, ou o **Mecanismo de Banda de Reserva de Regulação** que coloca ao dispor do gestor de sistema a descoberta de jazidas de flexibilidade do lado da procura através de mecanismos competitivos.
- Por último, gostaria de identificar outro projeto-piloto que estamos a promover para aprofundar o **Mecanismo de Banda de Reserva de Regulação** tendo em vista a disponibilização de flexibilidade adicional e descentralizada de menor dimensão do lado da procura com critérios simples e por intermédio de processos de agregação.

- Estes são alguns exemplos. Mas, de facto, são este tipo de projetos que devemos promover e facilitar, já que nos permitem analisar as condições, ganhar experiência, efetuar análises benefício-custo em ambiente real e sendo as mesmas de valor positivo, aperfeiçoar o enquadramento regulatório que facilite a implementação, a larga escala, de soluções eficientes, inovadoras e a um baixo custo, melhor gerindo o risco e a incerteza da transição energética com vista a uma sociedade efetivamente neutra em carbono.
- Muito obrigado!